# **CORREIO JURÍDICO**



Plenário do STF discutiu liminar de agosto de 2024

### Indenização de trabalhadores deve ir para fundos públicos

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) conseguiu medida cautelar no Supremo Tribunal Federal (STF), que pede que a Corte reconheça inconstitucionalidade do envio dos valores das indenizações trabalhistas coletivas a fundos diferentes do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A cautelar vale até

o julgamento do mérito da Arquição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 944, que ainda não foi marcado.

O Supremo referendou liminar do ministro Flávio Dino que, desde agosto de 2024, limita o destino das indenizações trabalhistas por danos morais coletivos a dois fundos públicos federais já existentes e restringe a criação de novos.

#### Proteção aos trabalhadores

No julgamento, foi construído o consenso de que, a não ser em casos excepcionais, as indenizações coletivas fixadas pela Justiça do Trabalho ou definidas em Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados com o Ministério Público do Trabalho (MPT) devem ser destinadas a

dois fundos públicos: o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Esses recursos não podem ser contingenciados e devem ser aplicados exclusivamente à proteção de direitos dos trabalhadores.



Sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

## CNJ e CNMP abrem inscrições para duas vagas de juiz

O Superior Tribunal de termina no dia 29. Justiça (STJ) abriu as inscrições para os interessados em concorrer a currículo em formulário duas vagas de membro do Conselho Nacional de reço de email correspon-Justiça (CNJ), destinadas dente à vaga desejada: a juiz federal e juiz de Tri- a) Juiz de TRF - CNJ: juizbunal Regional Federal detrf\_cnj@stj.jus.br (TRF), e a uma vaga do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), destinada a juiz. O prazo

Os candidatos deverão se inscrever enviando o padronizado para o endeb) Juiz federal – CNJ: juizfederal\_cnj@stj.jus.br c) Juiz - CNMP: juiz\_ cnmp@stj.jus.br

#### Banco Vermelho no TRF-1

Um símbolo universal do enfrentamento à violência contra a mulher - o Banco Vermelho - foi ofisegunda-feira, 20 de outubro, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

O banco está localizado no Espaço Murat Valada-

res, corredor principal de entrada do Tribunal ao lado da Ouvidoria da Justiça Federal da 1ª Região. cialmente anunciado na Os canais de denúncia da Ouvidoria da Mulher são: assediotrfl@trfl.jus.br; os telefones da Ouvidoria (61) 3314-5855 ou 3314-5865 e o e-mail nuouv@ trf1.jus.br.

#### STM debaterá equidade

O Superior Tribunal Militar tema "Protocolos Unifi-(STM) abriu as inscrições, até o dia 5 de novembro, para a 2ª Audiência Pública do Observatório Pró-E- A audiência foi conduzida quidade da Justiça Militar da União (JMU).

do em 10 de dezembro, às 14h, no Auditório do STM, em Brasília, com o

cados de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência".

pela ministra-presidente Maria Elizabeth Rocha. O encontro será realiza- As inscrições podem ser feitas pelo e-mail observatorioproequidade@

stm.jus.br

# Precatório ou pesadelo? Golpes ameaçam idosos

Decisão do STF envolve R\$ 71 bilhões em dívidas da União

Por Martha Imenes

O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade da regra de pagamento dos precatórios - prevista na Emenda Constitucional 136/2025 - pode transformar um direito em perda real. O destino de quase R\$ 71 bilhões em dívidas da União estão na pauta da Corte.

A decisão ocorre em meio ao intenso debate sobre o Orçamento de 2026 e o arcabouço fiscal, e pode marcar uma curva nas contas públicas e na vida de mais de 250 mil brasileiros que aguardam receber valores reconhecidos pela Justiça. Além disso, golpes contra idosos envolvendo precatórios têm sido identificados, alerta o advogado tributarista e especialista em finanças Bruno Medeiros Durão.

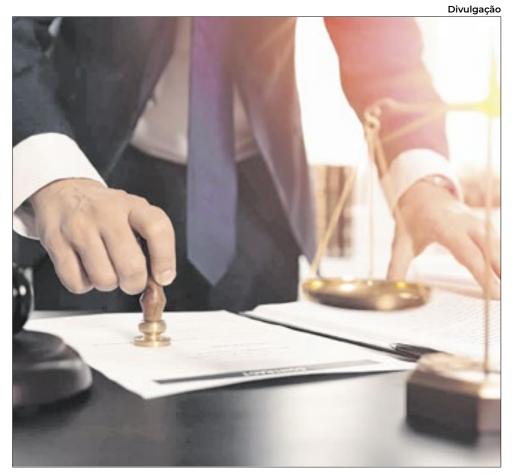
#### Precatório que nunca chegou

Durante a pandemia, uma senhora de 82 anos recebeu uma carta da Receita Federal informando que havia caído na malha fina por não declarar R\$ 1 milhão. A senhora tinha direito a um precatório, uma ordem judicial para pagamento de dívidas do governo, mas o dinheiro nunca chegou à conta dela.

A chave do golpe foi uma procuração falsificada. Pelo documento, a idosa supostamente autorizava uma advogada a sacar o valor do precatório. A assinatura foi reconhecida por autenticidade em cartório, o que deu aparência de legalidade à fraude.

A família procurou a polícia, e a profissional passou a ser investigada. Com a quebra do sigilo bancário, foi comprovado que o valor havia sido transferido para conta da advovada.

De acordo com Durão, o caso expôs uma brecha no sistema de controle de pagamentos públicos e reforçou a necessidade de o cidadão acompanhar de perto o andamento de seus processos.



Idosa de 82 anos foi vítima de golpe envolvendo pagamento de precatório

#### **Novas regras**

Pela nova emenda, foram alteradas as regras de pagamento e os critérios de correção monetária. O impacto, segundo o advogado, é imediato.

"A correção de precatórios pelo IPCA mais 2%, em vez da Selic, significa perda real para o cidadão. É um confisco disfarçado de solução fiscal. Esse dinheiro não é número no papel, é sobrevivência", alerta Durão.

De acordo com dados do Tesouro Nacional, R\$ 70,7 bilhões em precatórios estão inscritos para 2025, e outros R\$ 69,7 bilhões para 2026. Quase 98% corresponde a pequenos valores, geralmente devidos a cidadãos comuns.

Se a emenda for considerada inconstitucional, o governo será obrigado a pagar os valores devidos, o que pode elevar o déficit da União para R\$ 97 bilhões em 2025. No entanto, a manutenção das regras consolida um modelo que, na prática, prolonga a espera dos credores.

"Além da morosidade, há o risco de fraudes e golpes envolvendo precatórios. É fundamental que o titular mantenha seus dados atualizados junto ao tribunal e evite fornecer procurações sem acompanhamento jurídico. Golpistas se aproveitam justamente da falta de informação e da demora no pagamento", alerta Durão.

